

# POR UMA PEDAGOGIA DECOLONIAL CONTRA A DOCILIZAÇÃO DE CORPOS, INVASÃO CULTURAL E DESPROBLEMATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO PROJETO DA ESCOLA CÍVICO-MILITAR

Aline Daiane Nunes Mascarenhas [\*]

---

[\*] Possui graduação em Licenciatura Em Pedagogia (UEFS, 2006), Especialização em Educação Especial (UEFS, 2008), Mestre pela Universidade Federal da Bahia (2011) e doutorado pela UFBA (2015). Atualmente é docente na Universidade Estadual da Bahia, Campus V, Colegiado de História.  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7372-5411>  
E-mail: [aline\\_mascarenhas@hotmail.com](mailto:aline_mascarenhas@hotmail.com)

## RESUMO

O artigo apresenta um ensaio analítico sobre a militarização das escolas públicas brasileiras, sob o enfoque da lente da docilização de corpos, invasão cultural e desproblematização. O Programa das Escolas Cívico-Militares – PECIM instituído pelo Decreto nº 10.004/2019 aglutina-se em torno de uma agenda conservadora, especialmente no que diz respeito ao apreço pela padronização, disciplinarização, docilização de corpos (FOUCAULT, 1987), invasão cultural (FREIRE, 1987), particularismo no campo das ideias, negação do papel social da escola, educação como processo a-social e a-histórico. Com o intuito de (re) existir esse projeto colonizador, este estudo defende a pedagogia decolonial como pressuposto pedagógico-político que desestrutura as amarras ideológicas ocultadas nesse projeto. Subsidiado por essas questões, o presente estudo tem a intenção de desvelar as intencionalidades ideológica, política, cultural e epistêmica das escolas cívico-militares no Brasil. O estudo se pauta numa proposta de metodologia qualitativa, ancorada na análise documental, que utiliza dados provindos de fontes primárias, as quais ainda não receberam tratamento analítico, tais como leis, resoluções, pareceres e outros. Os achados apontam para um projeto de desmonte na educação, a partir de uma diretriz ideológica centrada nas ideias conservadoras e autoritárias, conduzindo a uma reconversão curricular colonial e militarizada nas escolas públicas, centrada numa regulação de corpos e identidades, bem como para consolidação de uma educação alienante e esvaziada de sentido político que recruta os “militares” como salvacionista dos problemas da educação pública.

**Palavras-chave:** Escola Cívico-Militar. Docilização de corpos. Invasão cultural. Pedagogia Decolonial.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, desde o golpe parlamentar, midiático e judiciário de 2016 (SAVIANI, 2020; FELICIANO; MITIDIERO JUNIOR, 2018) que afastou a Presidente Dilma Rousseff e colocou à frente da presidência o governo do Michel Temer (2016-2018), que explicitamente atendia aos interesses dos grandes grupos dominantes, dando prosseguimento com a eleição do presidente Jair Bolsonaro (2019 - atual), padecemos de ideias ultraconservadoras no campo da educação. Assim, temos vivenciado, desde 2016, inúmeros retrocessos com a implantação de projetos e programas que vêm alterando a proposta emancipatória e inclusiva, tais como: Escola Sem Partido – Projeto de Lei nº 246/2019 (FRIGOTO, 2017); a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), definida pelo Parecer CNE/CP nº 15/2017, homologado pela Portaria MEC nº 1.570/2017 e instituída pela Resolução CNE/CP nº 2/2017, Educação Domiciliar – Projeto de Lei nº 2.401/2019, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para instituir o ensino domiciliar (*homeschooling*) no âmbito da educação básica (BARBOSA; OLIVEIRA, 2017), e mais recentemente o Programa das Escolas Cívico-Militares – PECIM (Decreto 10.004/2019), que se ancora no discurso de melhoria na qualidade da educação básica, no ensino fundamental e no ensino médio, em parceria com o Ministério da Educação e o apoio do Ministério da Defesa (BRASIL, 2019).

No ordenamento dessas questões problematizadoras e embasadas na perspectiva sul-americana (na qual me situo), há um enfrentamento epistemológico de duplo desafio no campo da educação no Brasil: emancipar-se da episteme eurocêntrica que colonizou/coloniza o ensino, o currículo e as práticas pedagógicas e, ao mesmo tempo, se insurgir e (re)existir um projeto de educação com ênfase na militarização, tecnicismo e subalternização de corpos.

A proposta de Escolas cívico-Militares e Colégios Militares carregam em si algumas divergências e aproximações, a saber: a) os colégios direcionam à formação de militares seus alunos, para o preenchimento das fileiras das instituições militares (marinha, exército e aeronáutica), em todo o território brasileiro; b) as escolas militarizadas ou cívico-militares não possuem, em sua finalidade, a formação de quadros para as carreiras militares, mas se aproximam dos colégios militares ao possuírem uma gestão compartilhada junto às instituições de segurança do Estado brasileiro na gestão das escolas públicas, com o

compartilhamento de gestão administrativa e pedagógica junto a órgãos de Segurança Pública, mediante parceria com Secretarias Municipais e Estaduais de educação.

Essas proposições, instituídas a partir de legislações oficiais, aglutinam-se em torno de uma agenda conservadora, especialmente no que diz respeito ao apreço pela padronização, disciplinarização, docilização de corpos (FOUCAULT, 1987), invasão cultural (FREIRE, 1987), particularismo no campo das ideias, negação do papel social da escola, educação como processo a-social, a-histórico e uma pedagogia do medo. Nesse cenário, as disputas nos projetos de educação no atual contexto brasileiro têm causado grande preocupação aos pesquisadores implicados com essa discussão; o momento é dramático e nos convida a um movimento de insurgência e re(existência) frente à concepção de uma educação e de um modelo formativo calcado numa lógica tecnicista, aplicacionista, ancorado na pedagogia neoliberal, a partir do modelo de docilização de corpos, uma educação destituída de uma caráter crítico e emancipador.

Assim, vivenciamos um cenário complexo, desafiador e angustiante, e a situação se complica ainda mais em decorrência da aprovação da Emenda Constitucional n. 95/2016, que estabeleceu um teto para as despesas primárias de recursos destinados às ações e serviços públicos durante 20 anos, gastos com áreas prioritárias, a exemplo da saúde e educação, agravando ainda mais o cenário. Implicada com a educação pública, laica, democrática e envolvida em projetos de extensão junto às escolas públicas, nos intriga a crescente adesão dos municípios e estados ao Programa das Escolas Cívico-Militares – PECIM como parte de uma agenda educacional de militarização e de “criminalização dos mais pobres” (ARROYO, 2019), que institui um processo de invasão cultural e docilização de corpos, mediante um currículo colonial.

O Programa das Escolas Cívico-Militares – PECIM, instituído pelo Decreto nº 10.004/2019, prevê ações com vistas à gestão de excelência nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, baseada nos padrões de ensino adotados pelos colégios militares do Comando do Exército, das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares. As Escolas Cívico-Militares devem compartilhar decisões no âmbito da gestão, ensino, avaliação e trabalho pedagógico, com ênfase nos resultados.

Esse modelo de compartilhamento de gestão prevê interferência não só no quesito administrativo, mas amplia seus tentáculos para a questão pedagógica e no trabalho do

professor, assim interfere na autonomia da gestão e do professor, conduz a uma desautorização do trabalho docente, institui uma Didática vigiada, acrítica e subsidiada por uma “docilização de corpos aprendentes”, distante de uma curiosidade epistêmica, dos processos de interculturalidade e do pluralismo de ideias. Nesse cenário, se eclipsam os conhecimentos da Pedagogia crítica e sua importante contribuição no processo de ensino e aprendizagem, instituindo uma Pedagogia do medo, com ênfase no behaviorismo (SKINER, 2005), a partir da ideia do reforço e da punição.

No horizonte das questões delineadas, reafirmamos que o projeto de um modelo de educação pública de Escolas Cívico-Militares constitui uma ameaça à autonomia e à gestão democrática das escolas, bem como engessa os sujeitos dentro de regras rígidas preestabelecidas, interfere na autonomia docente e discente, estabelece atitudes autoritárias e padronização nas relações de ensino e aprendizagem. Subsidiado por essas questões, o presente estudo intenciona desvelar as intencionalidades ideológica, política, cultural das Escolas Cívico-Militares no Brasil.

Neste viés, indagamos: 1) Qual a implicação das escolas cívico-militares na docilização de corpos na educação básica? Como se materializa a invasão cultural presente nos documentos oficiais que orientam as escolas cívico-militares? 2) Existe espaço para a problematização nesse projeto de educação? 3) Qual a contribuição da Pedagogia Decolonial para transgredir a reconversão colonial em andamento?

O objeto de estudo se ancora em categorias teóricas, inscritas a partir do pensamento de Foucault e Freire mediante os conceitos de docilização de corpos, invasão cultural e desproblematização. O diálogo entre os autores, mesmo com perspectivas distintas, se faz necessário em virtude de assegurar a complexidade do fenômeno analisado, tendo em vista o reconhecimento da heterogeneidade que caracterizam as práticas sociais, conforme nos aponta a multirreferencialidade (ARDOINO, 1998).

A perspectiva multirreferencial adotada nesse trabalho considera o universo dialético e dialetizante, no qual o pensamento e o conseqüente conhecimento são concebidos em contínuo movimento que necessita a necessidade de um olhar múltiplo para a compreensão dos fenômenos educativos, criando um rompimento com o pensamento linear, unitário e reducionista característico do “paradigma de simplicidade” (ARDOINO, 1998).

Assim, imbuída no processo de denúncia do currículo colonial e de subalternização de corpos proposto pela escola cívico-militar, anunciamos a Pedagogia Decolonial como uma perspectiva pluridimensional que têm o caráter crítico para a construção de movimentos de enfrentamentos e re(existência) frente à colonização no processo do ensino e aprendizagem, sendo um território de fortalecimento da escola pública, gratuita, laica, intercultural, plural, democrática e emancipatória. Nesse aspecto, o conceito de Pedagogia Decolonial adotado neste trabalho se insere numa lógica proposta por Catherine Walsh (2014) que a define como ações que promovem e provocam fissuras da ordem moderno/colonial, as quais tornam possível e dão sustento e força a um modo distinto, inteiramente outro, de estar *no* e *com* o mundo.

Este ensaio teórico se consubstancia em estudos documentais de documentos oficiais, tais como o Programa de Escolas Cívico-Militar - PECIM (Decreto 10.004/2019) e o Manual das Escolas Cívico-Militar (2020), que têm orientado o ensino nas escolas que aderem à militarização, bem como em estudos teóricos, além de pesquisas de escuta e observação junto a docentes da rede pública.

Diante desse cenário que aterroriza os pressupostos democráticos e formativos das nossas crianças e jovens, se revelam urgentes estudos e pesquisas que possam denunciar o projeto educacional de desmonte na educação, a partir de uma diretriz ideológica centrada nas ideias conservadoras e autoritárias no campo da educação, conduzido a uma reconversão colonial e militarizada nas escolas públicas.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa se configura numa abordagem qualitativa, que pretende levantar questões sobre a problemática mencionada, mais do que pensar em causas ou trazer respostas (LUDKE; MENGA, 1986). Assim, está ancorada na análise documental, que utiliza dados provindos de fontes primárias, as quais ainda não receberam tratamento analítico, tais como leis, resoluções, pareceres e outros. A partir da análise do Decreto 10.004/2019 e do Manual da Escola Cívico-Militar (2020), elaboramos as seguintes categorias para subsidiar o debate: a) a docilização de corpos aprendentes; b) o processo de invasão cultural; c) a desproblematização na educação.

## **PRESSUPOSTOS CONTEXTUAIS DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO BRASIL**

O Governo Federal instituiu a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares em 2019 e, de maneira recorrente, o Ministério da Educação investe na defesa das escolas cívico-militares, criando parceria com o Ministério da Defesa e as Forças Armadas para ampliar esse projeto educacional. Para tanto, tem ampliado mais recursos financeiros para a expansão desse modelo de escola.

O Decreto Federal 10.004/2019 oficializa o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares no Brasil e estabelece, entre seus princípios, “a gestão de excelência em processos educacionais, didático-pedagógicos e administrativos”, o “fortalecimento de valores humanos e cívico” e “a adoção de modelo de gestão escolar baseado nos colégios militares [...]”. (BRASIL, 2019).

Como as escolas aderem ao Programa? As unidades federativas para participarem do Programa, precisam manifestar interesse junto à sua Secretaria de Educação, a qual conduzirá o processo de escolha, não sendo interesse dos estados em aderirem à proposta, os municípios podem fazer de forma voluntária a adesão. Pode aderir ao Programa o Distrito Federal e os estados que possuam escolas que atendam aos critérios a seguir: 1) escola em situação de vulnerabilidade social e com baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); 2) Escola localizada na capital do estado ou na respectiva região metropolitana; 3) Escola que ofereça as etapas Ensino Fundamental II e/ou Médio e, preferencialmente, atenda de 500 a 1.000 alunos nos dois turnos; 4) Escola que possua a aprovação da comunidade escolar para a implantação do modelo.

Os princípios que oficializam o programa deixam evidente a ênfase na disciplina, a exaltação da gestão dos colégios militares e a valorização do civismo, aspectos centrais na agenda dos grupos neoconservadores. Outro elemento a ser destacado é a ênfase na excelência dos “processos educacionais, didático-pedagógicos e administrativos”, explicitando uma fragmentação na concepção de gestão democrática, separando os processos educacionais das questões pedagógicas e desautorizando o campo de conhecimento da Pedagogia.

Os discursos recorrentes na mídia e a defesa desse projeto de educação pelo MEC está ancorado em discursos frágeis, conforme o Manual das Escolas Cívico-Militares (BRASIL,

2020, p.134): 1) a diminuição da violência e “a experiência [...] de um ambiente escolar mais seguro para alunos, professores e funcionários nas escolas”; 2) melhorar a qualidade do IDEB.

Com base nesses pressupostos, farei algumas considerações, pouco aprofundadas, pois não é esse o objetivo deste estudo, vejamos: em relação ao primeiro aspecto o discurso de diminuição de violência na escola não se sustenta com a presença da polícia nesse espaço, pois a escola reverbera o contexto social dos alunos e de uma sociedade perversa que gera desigualdades sociais, mazelas que acometem os filhos das famílias menos favorecidas, explicita as desigualdades escolares e escancara a falta de perspectivas de nossas crianças e da juventude, portanto, não é uma questão que se resolve em espaços pontuais. O discurso em torno de um contexto sem violência é estéril e demasiadamente vazio, pois, os dados apresentados por Lima (2019) evidenciam que a violência tem sido gerada pelos próprios militares na escola. De acordo com os dados apresentados, existem cerca de 120 denúncias de abusos morais e sexuais, além de violências físicas praticadas por militares que trabalham nas unidades contra professores, estudantes e familiares, práticas de autoritarismo vivenciadas por professores e alunos;

No que se refere ao segundo aspecto, a lógica tecnicista que elege o aumento do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) como preocupação central da educação e elege a justificativa da militarização como uma possibilidade de aumento do IDEB, vinculando o sentido da escola a uma dimensão avaliativa, fere os princípios da Constituição de 1988, que defende a educação como a responsável pela “formação plena dos sujeitos”, esvaziando a escola do seu papel social, não existindo pesquisas e dados significativos que deem subsídios para essa narrativa.

No site oficial do MEC não constam números do quantitativo de escolas alocadas nas diferentes regiões do país. Segundo os dados publicados pelo *Jornal Correio do Povo*, em 15 de outubro de 2020, existem 120 escolas em 17 estados do país com o modelo, a maior parte em Goiás, com 50 estabelecimentos de ensino, de acordo com levantamento da Polícia Militar do Distrito Federal (DF). De acordo com o Ministério da Educação, a ideia do governo federal é ofertar 216 escolas cívico-militares no país até 2023.

Importantes associações, a exemplo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED e a Associação Nacional de Formação de Professores - ANFOPE se mostraram contrárias à proposta, considerando que a escola é espaço de

aprendizagem, de formação de cidadania, de construção de valores e atitudes, e para que ela possa se efetivar como tal, não é necessário que seja militarizada (ANPED, 2019).

Em linhas gerais, experimentamos hoje no Brasil, com a adesão das escolas ao PECIM, o rompimento da educação na perspectiva dos direitos humanos, a violação da interculturalidade por um etnocentrismo curricular, uma verdadeira barbárie contra corpos e mentes de adolescentes e jovens, instauração de uma pedagogia colonizadora e domesticadora que se ancora nos princípios do behaviorismo, acolhendo a punição e o autoritarismo como práticas naturalizadas na educação.

### **ESCOLA CÍVICO-MILITAR E O PROCESSO DE INVASÃO CULTURAL**

O cenário de ampliação das escolas cívico-militares no Brasil, tutelado pelo projeto de educação do presidente Jair Bolsonaro nas escolas públicas, tem sido motivo de muita preocupação e angústia dos pesquisadores que militam em torno de uma educação crítica, democrática, intercultural e laica. De acordo com Ricci (2020), o cotidiano do aluno é profundamente alterado e o aprendizado é substituído pela repressão e por normas rígidas de comportamento. O corte de cabelo dos meninos segue o padrão militar e as meninas devem manter o seu preso. O formato de educação com base na adesão à proposta cívico-militar, embora recente, se constitui como um modelo de adequação que padroniza relações, dociliza corpos aprendentes, desconsidera a interculturalidade entre os sujeitos e sua coletividade, questiona as estruturas democráticas, sobretudo as escolas, a partir de um discurso de medo, vigilância, exceção e ameaça.

Nesse cenário, vão se modelando corpos, destituindo os processos de interculturalidade, o pluralismo de ideias, promovendo uma invasão cultural mediante uma ação antidialógica, alienante e uma forma de dominar cultural e economicamente as classes mais vulneráveis que matriculam os seus filhos. Paulo Freire (1987) define a invasão cultural como a penetração que fazem os invasores no contexto cultural dos invadidos, impondo-lhes sua visão de mundo e impedindo a visão, a criatividade, a originalidade e a expansão de suas culturas. A invasão cultural possui um caráter violento e alienante, pois rouba do homem a possibilidade de fazer-se, fazendo-se, construir a sua cultura, expressar-se culturalmente, sendo constrangido a assumir a cultura opressora.

As escolas públicas que aderem ao PECIM possuem um Manual das Escolas Cívico-Militares (BRASIL, 2020), lançado pela Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, vinculada à Secretaria de Educação Básica como um documento norteador e de caráter instrutivo e de invasão cultural relacionado à gestão escolar, a atribuições docentes, ao comportamento de professor e aluno com base na discricção e moralidade, o trabalho da coordenação pedagógica. O Manual do ECIM, dentre os aspectos citados, ainda aborda, em seus Art. 44 e Art.45, uma secção específica da ordem unida e do canto de hinos e canções, evidenciando uma ênfase na linguagem militar e em comportamentos corporais canônicos:

Art. 44. A execução da ordem unida será regulada pelo manual correspondente à Força da qual fazem parte os militares da escola.

Art. 45. A ordem unida estimula no aluno a disciplina e o espírito de corpo, além de desenvolver a coordenação motora, a postura e a resistência. (BRASIL, 2020)

Além de exaltar uma execução de movimentos com ênfase na linguagem militar, o Manual ainda destaca a continência e o detalhamento dos movimentos que devem ser acatados e repetidos pelos discentes, um perfeito exemplo de modelagem de comportamento, obediência servil, invasão cultural e transposição de uma cultura militar, além de restritiva e padronizada aos aspectos estéticos. Vejamos as orientações contidas no manual:

a) quando uniformizadas, as alunas poderão usar apenas adereços (relógio, pulseiras, brincos) discretos;

b) são considerados cabelos curtos aqueles cujo comprimento se mantém acima da gola dos uniformes, podendo ser utilizados soltos com todos os uniformes. O cabelo deve ser cuidadosamente arrumado, a fim de possibilitar o uso correto da boina e a manutenção da estética e da harmonia na apresentação pessoal da aluna. (BRASIL, 2020).

Convergemos ao pressuposto de que a vigilância constante sobre os corpos dos discentes fere o princípio da Constituição (1988), em seu Art. 5º, que explicita que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas”. Assim, essas posturas autoritárias efetivadas nas escolas cívicos-militares vão de encontro a princípios democráticos, se constituem em estado de exceção na educação, inviabilizam a cidadania, desprezam os direitos garantidos por lei e se constituem numa forma de violência contra crianças e adolescentes.

Arroyo (2019), em entrevista concedida à revista *Carta Capital*, ao ser perguntado sobre o impacto que essas rígidas regras poderiam ter sobre o desenvolvimento dos estudantes, assim se pronunciou:

Uma das formas das infâncias e adolescências se afirmarem é por meio de seus corpos. Eu costumo dizer que não temos corpos, somos corpos. Trazemos nele a marca do nosso tempo, o corpo é a marca de cada tempo, da identidade. O que eu quero dizer com isso é que quando o menino usa boné, ou quando meninos e meninas optam por usar adereços ou até por um tipo de corte de cabelo eles estão simbolizando suas identidades, os corpos passam a ser afirmação de identidade, entende? E aí vem a escola militar e diz: basta! Não existe cabelo, corpo, nada. Isso é terrível, porque não reconhece as mudanças e as lutas que se acumulam na infância, adolescência e juventude.

E de qual sujeito estamos falando? Estamos falando dos jovens da periferia que não poderão assumir a sua identidade de raça ou de gênero, não poderão ter opinião, serão destituídos de seus acessórios ou adereços religiosos, em vias de um projeto em curso que anseia por torná-los servis e obedientes, corpos docilizados, destituídos de seu contexto histórico e intercultural.

A Educação Intercultural parte da diferença como riqueza. Promove processos sistemáticos de diálogo entre diversos sujeitos – individuais e coletivos –, saberes e práticas na perspectiva da afirmação da justiça – social, econômica, cognitiva e cultural –, assim como da construção de relações igualitárias entre grupos socioculturais e da democratização da sociedade, através de políticas que articulam direitos da igualdade e da diferença. (CANDAU, 2016, p. 347).

## **DOCILIZAÇÃO DE CORPOS APRENDENTES**

A ideia de docilização de corpos se inscreve no pensamento de Foucault (1987) através da lógica de um corpo “dócil”, adjetivo utilizado para definir aquele que se lida com facilidade, sendo também aquele que obedece sem resistência, sendo subalternizado por um sistema, poder econômico, instituição ou alguém. Assim, o corpo dócil é uma das primeiras categorias da obra de Foucault (1926-1984), em seu texto “Os corpos dóceis”, do livro *Vigiar e Punir* (1987), que tece uma crítica ao modelamento do corpo, condicionando-o,

manipulando-o, tornando viável um automatismo de condutas almeçadas, caracterizadas pela disciplina como uma forma de dominação, tornando submissos os corpos.

Esse conceito de Foucault (1987) na atualidade se torna um conceito imprescindível e atual para se entender e desvelar o *modus operandi* das escolas cívico-militares no Brasil em relação aos corpos aprendentes dos nossos alunos e alunas da escola pública. Um projeto de educação que pretende trabalhar o corpo arduamente através de mecanismos de poder (linguagem militar, punições estampadas no quadro da escola, vigilância sobre postura física e rigidez nas relações sociais), que torna o corpo treinado, moldado, útil e subalternizado a lógica em que se pretende, acima de tudo, criar sujeitados. A docilização dos corpos pela disciplina tem o interesse explícito de tornar as pessoas “boazinhas”, sem lhes dar um espaço de reflexão acerca de sua posição na sociedade ou no mundo, num processo de educação a-crítica e a-histórica.

Nesse modelo de gestão escolar, por exemplo, um dos instrumentos do poder disciplinar é a sanção normalizadora. De acordo com Foucault (1987), essa sanção ocorre mediante punições, prerrogativa que pode ser analisada a partir do Manual da ECIM para diferentes sanções em relação: ao tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), do fardamento (completo ou incompleto), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes ‘incorretas’, gestos não conformes, bem apresentável, sujeira), da sexualidade (corpos heterossexual com traços específicos do feminino e masculino) e comportamento (discreto e com ênfase na moralidade).

A sexualidade de homens e mulheres é interdita, proibida de se apresentar naturalmente, pois apenas o heterossexual é compreendido como normal, os gestos de contato físico são engessados, os adereços religiosos são negados, não existe lugar para um corpo dissonante de uma pessoa com deficiência, os cabelos devem seguir padrões de penteado “rabo de cavalo ou trança”, não há um lugar para a interculturalidade e diferença, enfim, são processos educativos centrados no patriarcado.

### **DESPROBLEMATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO: A FAVOR DE QUE OU DE QUEM?**

A desproblematização na educação é uma denúncia que Freire faz em torno de um modelo de educação com ênfase no treinamento e não na formação. Uma educação que se pauta numa lógica estática, que se fundamenta na resposta e, portanto, não problematiza, indo em direção a uma desproblematização do futuro, “numa compreensão mecanicista da história, leva necessariamente à morte ou à negação autoritária do sonho, da utopia, da esperança” (FREIRE, 2000).

Nesse terreno de autoritarismo e com o compromisso de coisificação do discente, se implementa uma formação castradora, bancária e sem autonomia intelectual, de forma que se aprenda a não pensar; a não criar; a não investigar e que se executem decisões postas à sua frente, conforme o “*kit* de competências” propostos pela BNCC– sujeito coisificado e engessado numa compreensão histórica e mecânica que o desfigura de maneira proposital em suas mentes e corpos.

A desproblematização do futuro, não importa em nome do quê, é “uma violenta ruptura com a natureza humana” (FREIRE, 1996, p. 73) a serviço de uma educação bancária e reprodutivista, voltada para os filhos da classe trabalhadora, uma educação inscrita numa prática pedagógica estéril, engessada em conteúdos e competências de forma a-temporal, com uma finalidade em si mesma, adestradora e colonizadora de mentes e corpos.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar condições em que os educandos, em suas relações uns com os outros e todos como o professor ou a professora, ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. (FREIRE, 1996, p. 41).

Pode uma proposta educacional concebida no ato de treinar, com ênfase na militarização, ancorada nas competências, ser crítica e libertária, nas complexidades que exigem um processo educativo crítico? No âmago dessa questão e a partir do pensamento de Freire (1987), é possível afirmar que esse modelo de educação é uma (de)formação inscrita nos moldes de uma educação bancária, como instrumento da opressão, “refletindo a sociedade opressora, sendo dimensão da ‘cultura do silêncio’, que mantém e estimula a contradição” (FREIRE, 1987, p.52). Este silenciamento se relaciona com o que Freire (1987; 2000) chamava de bancária, na qual é depositado o conhecimento considerado necessário na formação do educando, através de práticas curriculares colonizadoras.

Assim, o desenho de uma educação com ênfase na militarização carrega consigo uma dupla problemática: a educação a serviço do “kit” de competências da Base Nacional Comum Curricular através de uma posição hegemônica, de um padrão eurocentrado, através de práticas que privilegiam a transmissão de saberes que são “depositados” no outro, colonizando-o, propiciando o mínimo de currículo para o mercado do trabalho através de uma pedagogia da punição, centrado num projeto educacional militar que oprime as subjetividades, tolhe as curiosidades epistêmicas e rechaça o processo de interculturalidade.

O projeto de educação galgado nesse modelo de escola cívico-militar é uma forma de barbárie, calcado em princípios de vigilância, uma educação bancária, uma docilização de corpos e mentes, destinada exclusivamente às classes populares, a partir de uma “narrativa cínica” de ordem e sucesso escolar, camuflada, por vezes, num projeto de colonização do ser, ou como se pode conhecer na obra de *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 1997), uma invasão cultural de imersão na consciência dos oprimidos à internalização e naturalização de uma pensamento etnocêntrico, com o propósito de justificar a dominação.

### **PEDAGOGIA DECOLONIAL: TRANSGRESSÃO DO CURRÍCULO COLONIAL**

Pelo direito de resistir, re(existir) e re(viver) uma escola de fato democrática, laica, livre de amarras ideológicas e autoritárias, que sucumbem a identidade da juventude e uma educação bancária e tecnicista temos a intenção de (des)ocultar a relação de opressão de corpos e mentes instaurada pelo processo de desumanização que vem sendo tutelada pelo programa das escolas cívico-militares no Brasil.

Diante de um cenário colonial e opressor, ecoamos por uma Pedagogia Decolonial como uma maneira de transgressão às políticas utilitarista e castradora, que nos impõem a militarização, a gestão compartilhada e a naturalização de posturas autoritárias, pois “não é fácil remover de nós o gosto das posturas autoritárias” (FREIRE, 2019, p. 124).

É nesse sentido que ancoramos a perspectiva da Pedagogia Decolonial como uma possibilidade de visibilizar as lutas contra a colonialidade pedagógica presente no projeto das escolas cívico-militar, nas práticas pedagógicas estereis, no currículo eurocentrado em práticas culturais ajustadas a partir de um manual prescritivo e normativo de arquétipo estético, no terreno de uma educação tecnicista e no engajamento da luta antirracista, feminista e patriarcal que se assenta na proposta desse modelo de escola. Uma Pedagogia

Decolonial pensada a partir de pressupostos de Paulo Freire, com apostas numa educação popular dialógica, intercultural, conscientizadora e pesquisadora, mediante práticas rebeldes, subversoras e insurgentes de corpos que nutre o diálogo constante entre o pedagógico e o político e descolonizadora de mentes.

O livro intitulado *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir*, autoria da professora Catherine Walsh (2014), utiliza o pensamento de Paulo Freire para trazer à tona a complementariedade necessária entre pedagogia e decolonialidade. Assim explicita:

Es Paulo Freire, probablemente más que cualquier otro intelectual del siglo XX, que dio los fundamentos para pensar la pedagogia políticamente, para entretener lo pedagógico-político y lo político-pedagógico. Así, Freire pasa de hablar sobre el oprimido y la conciencia de la clase oprimida, a la conciencia del hombre y mujer oprimidos, de la humanización a más directamente a la deshumanización, y a la relación opresores-oprimidos, colonizador-colonizado, colonialismo-(no) existência. (WALSH, 2014, p. 19).

A Pedagogia Decolonial abre caminhos para ler criticamente o mundo e intervir na reinvenção da sociedade, pois permite pensar a pedagogia politicamente e a política pedagogicamente, portanto, notadamente possibilita desvelar as armadilhas ideológicas de uma educação militarizada que anseia docilizar corpos, regular procedimentos, uniformizar aspectos estéticos, castrar as curiosidades epistêmicas, imobilizar a subjetividade, identidade e socialização dos sujeitos. Uma educação a serviço da barbárie e do capital que rechaça a cidadania e a escola democrática!

Ecoando junto com o pensamento de Walsh (2013), é preciso explorar os vínculos entre o “pedagógico” e o “decolonial”, questionando as pedagogias hegemônicas, colonizadoras, autoritárias, racistas e patriarcais, construindo pedagogias populares, interculturais, emancipadoras, assentadas em valores éticos e que apontam para um outro horizonte societário, no qual devem prevalecer a emancipação e libertação.

Assim, o que pode-se inferir é que esse projeto de educação vai na contramão de uma perspectiva democrática e plural, eclipsando princípios como o pluralismo de ideias, respeito à liberdade e apreço a tolerância, conforme preconiza a LDBN 9.394/96 em seu artigo Art. 3º, ao estabelecer que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III –

pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância. Nessa direção, há que se tencionar a dissonância entre a LDBN 9.394/96 e a pedagogia militarizada instituída pelo Decreto 10.004 /2019 que em seus artigos, Art. 5 e o Art. 11 ressalta a utilização de um modelo para as escolas cívico-militar baseado nas práticas pedagógicas e nos padrões de ensino adotados pelos colégios militares do Comando do Exército, das polícias militares e dos corpos de bombeiros.

Cabe ressaltar, que a proposta de uma escola civil, laica, pública e democrática, possui finalidades educativas diferente de um colégio militar que carrega princípios formativos vinculados ao preenchimento de quadros militares. Os colégios militares direcionam a formação de seus alunos, para o preenchimento das fileiras das instituições militares (marinha, exército e aeronáutica), em todo o território brasileiro, com um projeto de educação em acordo com as especificidades que requerem perfis de alunos para atuarem futuramente nessas instituições militares, portanto, não existe coerência submeter as escolas públicas às práticas pedagógicas e padrões de ensino em consonância aos colégios militares que possuem uma cultura institucional própria ao seu modelo.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Este texto buscou explorar problematizações sobre as escolas cívico-militares no Brasil e seu projeto de docilização de corpos, invasão cultural e desproblematização no campo da educação, que violam frontalmente os princípios da “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”, do “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” e da gestão democrática do ensino público.

A análise empreendida neste estudo, a partir da análise crítica dos documentos oficiais que direcionam e norteiam as escolas cívico-militares no Brasil, revelam:

- a) Um modelo de educação que busca destituir os sujeitos dos seus corpos, coisificando a sua dimensão subjetiva e corporal, castrando a sua curiosidade epistêmica, padronizando e modelando comportamentos mediante um manual;

b) A invasão cultural como um meio de dominação de corpos que anula a identidade da juventude, mutila a orientação sexual dos discentes, padroniza comportamentos e linguagem, utiliza a punição como uma perspectiva necessária no campo da educação, subalternizando culturas;

c) Uma educação bancária e desproblematizadora, que anula o contexto crítico e histórico através de uma prática pedagógica estéril, que institui as competências, um modelo de educação a partir da lógica tecnicista e com ênfase na transmissão de conteúdos.

O Programa das Escola Cívico-Militares, instituído em 2019, vem ganhando terreno nos estados e municípios brasileiros com uma incessante busca pela docilização de corpos, a padronização cultural do outro, o tecnicismo na educação, o empobrecimento na relação ensino aprendizagem, a presença da linguagem militar nas escolas e a vigilância de corpos e mentes. Nesse cenário, somos partícipes dessa realidade, mas nos recusamos a vivenciá-la de maneira passiva, o nosso compromisso com os problemas sociais nos conduza insurgência, (re)existência, e formas de re(viver) um projeto de educação que queremos.

## REFERÊNCIAS

ARDOINO, J. Abordagem multirreferencial (plural) das situações educativas e formativas. *In*: BARBOSA, J. G. (coord.). **Multirreferencialidade nas ciências sociais e na educação**. São Carlos: UFScar, 1998.

ARROYO, Miguel. Escolas Militarizadas criminalizam infâncias populares. **Carta Capital**, 12 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/miguel-arroyo-escolas-militarizadas-criminalizam-infancias-populares/>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. *In*: BAUER, Martin; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008. Disponível em: <https://tecnologiamidiaeinteracao.files.wordpress.com/2017/10/pesquisa-qualitativa-com-texto-imagem-e-som-bauer-gaskell.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei de nº 2.401 de 2019**. Dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=C5F58BD34BAD023F686924361C638DD3.proposicoesWebExterno2?codteor=1739762&filename=Avulso+-PL+2401/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=C5F58BD34BAD023F686924361C638DD3.proposicoesWebExterno2?codteor=1739762&filename=Avulso+-PL+2401/2019). Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto Nº 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, 2019. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 24 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de dez. 2016. Disponível em: [http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em: 09 jun. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao). Acesso em: 09 jul. 2020.

BRASIL. **Manual das Escolas Cívico-Militar**, 2020. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educ. Soc.**, v.33, n.118, p.235-250, 2016.

CORREIO DO POVO. **MEC finaliza proposta de ampliação de escolas cívico-militares no país**. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/ensino/mec-finaliza-proposta-de-amplia%C3%A7%C3%A3o-de-escolas-c%C3%ADvico-militares-no-a%C3%ADs-.319073>. Acesso em: 13 out. 2020.

FELICIANO, C. A.; MITIDIERO JUNIOR, M. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva de capital. **Okara: Geografia em debate**, v.12, n. 2, p. 220-246, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FRIGOTTO, G. (org.). **Escola 'sem' partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017. 144 p.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

SAVIANI, D. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Roteiro**, v. 45, p. 1-18, 3 jun. 2020

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. Tradução: J. C. Todorov; R. Azzi, São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALSH, C. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo II. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2007.

WALSH, C. Pedagogias decoloniales caminando y preguntando: Notas a Paulo Freire desde Abya Yala. **Revista Entramados – Educacion y Sociedad**, v.1, p.17-31, 2014.

RICCI, Rudá. A militarização das escolas públicas. **Le Monde Brasil Diplomatique**, ed. 134, 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/A-MILITARIZACAO-DAS-ESCOLAS-PUBLICAS>. Acesso em: 22 jul. 2020.

**FOR A DECOLONIAL PEDAGOGY AGAINST CORPORAL DOCILIZATION,  
CULTURAL INVASION AND DEPROBLEMATIZATION OF THE EDUCATION IN  
THE PROYECTO MILITARY SCHOOLS**

**ABSTRACT**

The article presents an analytical essay on the militarization of Brazilian public schools, from the perspective of the docilization of bodies, cultural invasion and unproblematicization. The Civic-Military Schools Program - PECIM instituted by Decree nº 10.004 / 2019 is united around a conservative agenda, especially with regard to the appreciation for standardization, disciplinization, documentalization of bodies (FOUCAULT, 1987), cultural invasion (FREIRE, 1987), particularism in the field of ideas, denial of the school's social role, education as a-social and a-historical process. In order to (re) exist this colonizing project, this study defends decolonial pedagogy as a pedagogical-political presupposition that disrupts the ideological bond hidden in this project. Subsidized by these issues, the present study intends to reveal the ideological, political, cultural and epistemic intentions of the civic-military schools in Brazil. The study is based on a proposal for a qualitative methodology, anchored in documentary analysis, which uses data from primary sources, which have not yet received analytical treatment, such as laws, resolutions, opinions and others. Thus, it is urgent to conduct studies and research that may denounce the dismantling project in education, based on an ideological guideline centered on conservative and authoritarian ideas, leading to a colonial and militarized curricular conversion in public schools.

**Keywords:** Civic-Military School. Docilization of bodies. Cultural invasion. Decolonial pedagogy.

**POR UNA PEDAGOGÍA DECOLONIAL CONTRA LA DOCILIZACIÓN  
CORPORAL, LA INVASIÓN CULTURAL Y LA DESPROBLEMATIZACIÓN DE LA  
EDUCACIÓN EN EL PROYECTO ESCUELA CÍVICA MILITAR**

**RESUMEN**

El artículo presenta un ensayo analítico sobre la militarización de las escuelas públicas brasileñas, desde la perspectiva de la docilización de los cuerpos, la invasión cultural y la desproblematización. El Programa Escuelas Cívico-Militares - PECIM instituido por Decreto nº 10.004 / 2019 se articula en torno a una agenda conservadora, especialmente en lo que se refiere a la valoración de la estandarización, disciplinización, documentalización de los cuerpos (FOUCAULT, 1987), invasión cultural (FREIRE, 1987), particularismo en el campo de las ideas, negación del rol social de la escuela, educación como proceso social y ahistórico. Para (re) existir este proyecto colonizador, este estudio defiende la pedagogía decolonial como un presupuesto pedagógico-político que rompe los lazos ideológicos escondidos en este proyecto. Subsidiado por estos temas, el presente estudio pretende revelar las intenciones ideológicas, políticas, culturales y epistémicas de las escuelas cívico-militares en Brasil. El estudio parte de una propuesta de metodología cualitativa, anclada en el análisis documental, que utiliza datos de fuentes primarias, que aún no han recibido tratamiento analítico, como leyes, resoluciones, dictámenes y otros. Por tanto, es urgente realizar estudios e investigaciones que denuncien el proyecto de desmantelamiento de la educación, basado en una pauta ideológica centrada en ideas conservadoras y autoritarias, que conduzcan a una conversión curricular colonial y militarizada en las escuelas públicas.

**Palabras clave:** Escuela Cívico-Militar. Docilización de cuerpos. Invasión cultural. Pedagogía decolonial.

---

Submetido em: outubro de 2020.

Aprovado em: novembro de 2020.

Publicado em: dezembro de 2020.